



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Qualidade dos Indicadores de Desempenho Econômico Evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade GRI

Bianca Chuma Alves
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Biancachuma545@hotmail.com

Marivane Vestena Rossato
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Marivavest@gmail.com

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a qualidade dos indicadores econômicos evidenciados nos relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*) das empresas que compuseram a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2020. A abordagem é qualiquanti e descritiva, sobre uma pesquisa documental com as empresas listadas no ISE. A análise dos dados serviu-se da classificação dos indicadores proposta por Dias (2006), com cálculo do Grau de Aderência Plena (GAPIE) e Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) dos indicadores divulgados às diretrizes GRI. Os resultados demonstraram que 50% das empresas apresentaram GAPIE e GEE igual a 0%, devido a não divulgarem ao menos um indicador que atendesse a todas as informações requeridas pela GRI. As outras 50% apresentaram GAPIE e GEE entre 8% e 42%, ou seja, apresentaram um ou mais indicadores que atenderam totalmente aos requisitos. Verificou-se que as empresas demonstraram dificuldade em relatar em seus indicadores dados quantitativos e apesar do esforço da GRI em tornar as diretrizes mais claras e com melhor linguagem na versão *Standards*, isso não se refletiu nos relatórios, enquanto dimensão econômica. O estudo traz uma contribuição de ordem prática, pois ao analisar a qualidade informativa de um conjunto de indicadores econômicos, que podem ser utilizados para a tomada de decisão de usuários, possibilita às organizações aperfeiçoar os processos relacionados a estas questões com vistas a garantir clareza, equilíbrio e relevância das informações divulgadas, permitindo aos leitores melhor compreensão do compromisso econômico das empresas, especificamente.

Palavras-chave: Relatórios de Sustentabilidade; Indicadores Econômicos; *Global Reporting Initiative* (GRI).

Linha Temática: Responsabilidade Social e Ambiental.



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

As partes interessadas das organizações estão demandando cada vez mais informações sobre o seu desempenho sustentável e uma das formas de satisfazer esta demanda se dá por meio da utilização de indicadores nos relatórios de sustentabilidade (Tsalis, Stylianou & Nikolaou, 2018; Siew, 2015). No entanto, trata-se de publicações voluntárias e nem todos os relatórios são evidenciados com o mesmo nível de transparência e qualidade (Michelon, Pilonato & Ricceli, 2015; Siew, 2015).

Cabe registrar que os relatórios de sustentabilidade ajudam a mensurar e estruturar as informações socioambientais das empresas, e servem também como um canal de comunicação entre empresa e sociedade (Daub, 2007; Siew, 2015). Através desses relatórios obtêm-se importantes informações a respeito do desempenho social corporativo e os impactos gerados pelas empresas (Tsalis et al., 2018; GRI, 2020). O pioneiro e mais difundido padrão para publicação desses relatórios é o proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI), que aborda a evidenciação de informações de caráter econômico, social e ambiental.

A qualidade dos relatórios de sustentabilidade tem sido alvo de alguns estudos, com diferentes abordagens. Os indicadores ambientais, modelo GRI, por exemplo, foram investigados por Tannuri e Van Bellen (2014) através de atributos de qualidade. Já Tsalis et. al (2018) analisaram a qualidade de indicadores sociais inerentes ao aspecto saúde ocupacional e segurança, através de uma metodologia com base em *benchmarks* e um sistema de pontuação.

Especificamente, em relação à esfera econômica da sustentabilidade, o estudo de Garcia, Cintra, Ribeiro e Dibbern (2015) analisou a qualidade dos indicadores econômicos presentes nos relatórios de sustentabilidade, em comparação às informações contidas nas demonstrações contábeis de empresas do setor de energia elétrica listadas na B3.

Destaca-se que a qualidade dos indicadores de desempenho sustentável em consideração aos padrões propostos pela GRI, tem sido observada através do Grau de Aderência Plena (GAPIE) e do Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) (Dias, 2006; Carvalho, 2007). Nos estudos de Travassos, Costa, Silva, e Araújo (2014); Morisue, Ribeiro e Penteado (2012), Nogueira e Faria (2012) e Castro, Siqueira e Macedo (2010) foram determinados e analisados o GAPIE das esferas ambiental, social e econômica de grupos de empresas pertencentes a um mesmo setor como o financeiro, o de energia elétrica, o de petróleo, gás e biocombustíveis e de utilidade pública. Também foram realizadas análises temporais (Mazocco, Santini, Rossato & Alves, 2019) com a determinação do GAPIE e do GEE em um período de três anos de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade pela empresa Lojas Renner.

Outros estudos analisaram o GAPIE e o GEE dos relatórios de sustentabilidade voltando-se exclusivamente aos indicadores da esfera ambiental (Sucena & Marinho, 2019; Silva, Maia & Leal, 2017; Araújo & Almeida, 2013; Bazani & Leal, 2014). Por se tratar de estudos que analisaram relatórios de sustentabilidade a partir das diretrizes das versões G2, G3 e G4 da GRI, abre-se espaço para pesquisas que considerem a qualidade dos relatórios e traga aos leitores informações em consideração a versão atual da GRI, denominada *GRI Standards*.

Ressalta-se que, dos estudos desenvolvidos, apenas um (Garcia et al., 2015) abordou exclusivamente a dimensão econômica da sustentabilidade, esfera importante para as partes interessadas nas informações referentes às práticas anticorrupção, presença no mercado e impactos econômicos indiretos da empresa, entre outras. Conforme a GRI (2020), “os impactos de uma organização nas condições econômicas de seus *stakeholders* e nos sistemas econômicos

nos níveis, local, nacional e global, não se concentram na condição financeira da organização”. Desta forma, são relevantes os estudos que aprofundem as análises sobre essa dimensão.

Vislumbra também a oportunidade de se considerar para estudo um grupo maior de empresas, constituído de organizações de diferentes setores econômicos e com potencial para apresentar melhores práticas de sustentabilidade, onde se incluem as de natureza econômica, tendo em vista participarem da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE/B3).

Segundo Nossa, Rodrigues e Nossa (2017), as pesquisas na área da divulgação da sustentabilidade tem como foco a evidenciação sobre qualidade de divulgação de relatórios de sustentabilidade e a relação entre práticas de sustentabilidade e desempenho financeiro. Conforme os autores, diante dos diversos resultados encontrados na literatura, há ainda muitas lacunas para o avanço da pesquisa científica na área, especialmente quando se considera a não obrigatoriedade da divulgação.

No contexto discutido, este estudo está norteado pela seguinte questão-problema: qual a qualidade dos indicadores econômicos presentes nos relatórios de sustentabilidade das empresas que compuseram a carteira do ISE 2020, em consonância com as diretrizes GRI?

A pesquisa objetivou, então, analisar a qualidade dos indicadores econômicos evidenciados nos relatórios de sustentabilidade, de acordo com as diretrizes GRI, das empresas que compuseram a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2020. Reconhece-se a importância em analisar a qualidade do conteúdo evidenciado nos relatórios de sustentabilidade publicados, uma vez que ao declararem estarem seguindo as diretrizes GRI, as empresas devem manter fidedignidade aos requisitos desse modelo (GRI, 2020).

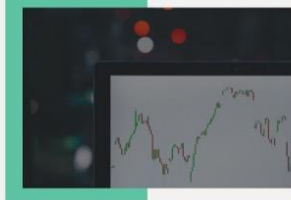
Como apontado pela GRI (2020), uma das áreas identificadas como foco de atenção para os próximos anos é a intensificação da qualidade dos relatórios publicados, o que denota a importância da sua consideração no estudo que ora se apresenta. Conforme a GRI (2020), os padrões atuais GRI *Standards* diferem da versão anterior (G4), entre outros motivos, por apresentar maior clareza quanto às diretrizes e linguagem dos padrões. Diante disso, reforça-se a importância desta pesquisa para identificar se essa clareza está sendo observada pelas empresas, através dos níveis de aderência e de evidenciação.

Considera-se que os resultados desta pesquisa possuem relevância, ainda que de forma restrita ao objetivo declarado, para os meios acadêmico e empresarial. Para o meio acadêmico, contribui para avançar na discussão acerca da qualidade da informação sustentável relatada pelas entidades, uma vez que se busca avançar em busca de se estabelecerem padrões para relato com maior clareza e transparência. Já ao meio empresarial contribui pelo fato de que, através de um método aplicado analisa-se a qualidade informativa de um conjunto de indicadores, de caráter econômico, que podem ser utilizados para a tomada de decisão de usuários externos, especialmente, tendo em vista que a pesquisa tem como foco a qualidade das informações econômicas de desempenho sustentável, publicadas em conformidade às diretrizes da GRI *Standards*.

A seguir são apresentados os tópicos de Referencial Teórico, Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussão, e Considerações Finais do estudo.

2 Referencial Teórico

O referencial teórico que norteou a pesquisa está constituído de duas importantes temáticas a saber: evidenciação de informações socioambientais e diretrizes GRI *Standards*.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



2.1 Evidenciação de Informações Socioambientais

Frente ao aumento de relatórios publicados, torna-se necessário analisar e expor o comportamento das empresas em relação à qualidade dos relatórios de sustentabilidade, devido a este ser um dos principais meios de comunicação das empresas com as suas partes interessadas (Morisue et al., 2012). Conforme a GRI (2020), a prática de divulgação de relatórios de sustentabilidade contribui para o engajamento de ações sustentáveis e da relação da empresa com os *stakeholders*, através de sua legitimação e transparência.

Diante desse contexto, Domenico, Tormem e Mazzioni (2017), observaram que os indicadores de desempenho GRI de maior complexidade são os menos divulgados pelas empresas. O mesmo foi apontado por Chen, Feldmann e Tang (2015) na esfera social, após evidenciar que os indicadores mais fáceis de serem mensurados são os que possuem melhores pontuações de qualidade.

Tsalis et al., (2018) evidenciaram baixa qualidade dos indicadores ligados ao aspecto Segurança e Saúde Ocupacional, da dimensão social, evidenciados por 134 empresas de 33 países diferentes. A baixa qualidade de divulgação apontada pelos autores é justificada pelo fato das empresas divulgarem indicadores sem que haja uma comparação para avaliar a relevância ou evolução da informação apresentada.

Tannuri e Van Bellen (2014) também identificaram uma fragilidade relacionada ao atributo comparabilidade, devido à falta de padronização dos indicadores, pontos de referências e metas sólidas que permitam uma maior comparação dos indicadores analisados. Os autores observaram a compreensibilidade como um atributo presente nos indicadores evidenciados pelas empresas da carteira do ISE, no ano de 2013.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) consiste em uma carteira da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), composta por empresas alinhadas à sustentabilidade. As empresas são eleitas anualmente, sendo convidadas a participar aquelas emissoras das 200 ações mais líquidas da B3. A composição da carteira é realizada através do envio de um questionário, composto por sete dimensões: Geral, Governança Corporativa, Social, Ambiental, Econômico-Financeira, Mudanças Climáticas e Natureza do Produto, que avaliam diferentes aspectos da sustentabilidade. Conforme a B3, o ISE serve como uma ferramenta comparativa entre as empresas à luz da sustentabilidade corporativa (B3, 2020).

Dias (2006) teve por preocupação observar o grau de aderência dos indicadores evidenciados por organizações às diretrizes GRI e desenvolveu o indicador GAPIE. Observou como maior aderência 96%, e menor, 6%. Carvalho (2007) analisou empresas sul-americanas, exceto as brasileiras, e evidenciou maior GAPIE de 57% e menor, de 16%. As duas análises revelaram uma melhor qualidade das empresas brasileiras, mesmo que tenham ocorrido em maior diferença entre os GAPIE encontrados.

As evidências fornecidas por estudos que analisaram os indicadores ambientais apontam para uma qualidade insatisfatória de divulgação. No setor cervejeiro, Sucena e Marinho (2019) identificaram que o número de indicadores ambientais não apresentados pelas empresas é superior ao número dos indicadores com aderência plena. Dos 17 relatórios de sustentabilidade analisados, 12 apresentaram GAPIE inferior a 50%, e os demais alcançaram no máximo 63,33%.

Araújo e Almeida (2013) evidenciaram uma falta de padronização dos indicadores de biodiversidade publicados por quatro empresas atuantes na construção e operação de usinas



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



hidrelétricas. Assim como, uma discrepância na aderência plena aos indicadores, que variaram de 0% à 69%, sendo que as empresas pertenciam a um mesmo grupo econômico.

Na pesquisa de Bazani e Leal (2014) também se obteve GAPIE entre 0% e 66,67%. Os autores relataram a insistência das empresas em apresentar os indicadores ambientais com impactos positivos. Entre os setores analisados: Exploração e refino, papel e celulose e petroquímicos, o setor de petroquímicos demonstrou pior qualidade, indo contra o resultado encontrado por Silva et al., (2017), que apresentou ligeira qualidade melhor no setor petroquímico. Destaca-se, ainda que, das quatro empresas analisadas por Silva et al. (2017) nenhuma apresentou ao menos 50% de aderência plena aos indicadores ambientais, o GAPIE manteve-se entre 35% e 41%. Os relatórios utilizados pertenciam a empresas dos setores de papel e celulose e petroquímicos.

Já se tratando das informações de natureza econômica, a qualidade continua sendo baixa ou média (GARCIA et al., 2015). Os autores observaram que as empresas não dispõem de muita atenção em adaptar as informações de caráter econômico retiradas das demonstrações financeiras para atender as diretrizes GRI. Foram observadas 23 empresas do setor de energia elétrica presentes na bolsa no ano de 2011. A análise comparou as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade às apresentadas nas demonstrações financeiras.

Ainda no setor de energia elétrica Castro et al. (2010) e Morisue et al. (2012) observaram qualidade não muito satisfatória dos indicadores. Castro et al. (2010) revelaram como maior GAPIE, 57% e, menor, 6%. Quanto aos indicadores econômicos observou-se aderência plena de 0% por parte de uma empresa. No estudo de Morisue et al. (2012) foram evidenciadas diferenças significativas entre os valores de GAPIE e GEE de uma empresa, sendo o GEE de 43%, enquanto o GAPIE foi de 93%.

Conforme Morisue et al. (2012) observaram, essa diferença ocorreu pelo fato do GAPIE considerar os indicadores que foram omitidos com justificativa e o GEE, não. Na pesquisa de Carvalho (2007) isso também foi relatado, a autora identificou que as empresas que declararam estar em concordância com as diretrizes GRI tiveram resultados inferiores de evidenciação e aderência quando comparadas as empresas que estavam parcialmente de acordo com as diretrizes (métrica usada pela versão G3 do relatório). Com isso, o estudo trouxe evidências de que o fato das empresas afirmarem concordância às diretrizes GRI não é absoluto para que os usuários tenham certeza da completude dos relatórios.

Desta forma, ficou evidenciado, nos estudos que compararam setores ou avaliaram um setor específico, que as empresas pertencentes a um mesmo setor não estão no mesmo nível de conformidade às diretrizes GRI, há diferenças na qualidade dos indicadores publicados entre elas (Carvalho, 2007; Castro, et al., 2010; Nogueira & Faria, 2012; Travassos et al., 2014; Morisue et al., 2012). Esse resultado é reforçado por Chen et al., (2015), que verificaram que praticamente não há diferença de divulgação dos indicadores de desempenho social GRI entre as indústrias automotiva, produtos de metais, florestal e de papel, química e a produtos de saúde, quando da análise de 75 empresas.

No setor financeiro, Nogueira e Faria (2012) observaram que dos cinco bancos analisados, quatro mantiveram o GAPIE entre 74% e 46% e um em 29%. Foi observado um melhor grau de aderência plena aos indicadores sociais, apontado pelos autores devido ao zelo dos bancos com sua imagem perante a sociedade em que atuam.

Travassos et al. (2014) identificaram GAPIE entre 42% e 95% por parte de nove empresas



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



entre as dez empresas analisadas de setores de petróleo, gás e biocombustíveis e utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA, em 2013. Apenas uma empresa apresentou GAPIE inferior, de 19%, e evidenciou-se menor qualidade dos indicadores ambientais nessa pesquisa.

No estudo de Mazzoco et al. (2019), observou-se a qualidade dos indicadores de desempenho das Lojas Renner S.A entre os anos de 2014 a 2016. Em nenhum dos anos obteve-se GAPIE superior a 29,41%. Ressalta-se ainda que em 2014 o grau de aderência aos indicadores econômicos foi de 0%. Assim como nos estudos de Nogueira e Faria (2012), em que os indicadores econômicos demonstraram pior qualidade, e ao contrário de Carvalho (2007) onde a dimensão econômica apresentou melhor qualidade. Conforme Carvalho (2007), os controles internos das empresas e auditorias facilitam a coleta de informações para o relatório de sustentabilidade, fato que poderia justificar esse melhor resultado.

Com respeito a evolução da qualidade dos indicadores apresentada por organizações, não há consenso de resultados que indiquem evolução positiva. Observou-se nos estudos de Sucena e Marinho (2019), Bazani e Leal (2014), Araújo e Almeida (2013) que nem todas as empresas evoluíram sua qualidade com o passar dos anos, ao contrário do que evidenciou Morisue et al. (2012) em que todas empresas apresentaram evolução entre os anos de 2006 e 2009. No caso Lojas Renner S.A, houve uma regressão do seu GAPIE e GEE entre os anos de 2014 e 2016 (Mazzoco et al., 2019).

Os achados apresentados demonstram a deficiência por parte das empresas em relatar os indicadores de desempenho em conformidade ao solicitado pela GRI, fato que pode comprometer a qualidade dos relatórios e passar aos usuários da informação dados que talvez não transpareçam a realidade sustentável da empresa.

2.2 Diretrizes *Global Reporting Initiative* (GRI)

Os indicadores de sustentabilidade são divulgados por meio de relatórios que apresentam as práticas e resultados da organização no desenvolvimento sustentável e o impacto da organização no seu entorno. Conforme apontam Rahdari e Rostamy (2015), há uma diversidade de indicadores de sustentabilidade com diferentes metodologias, tais como os indicadores presentes no guia da *Global Reporting Initiative* - GRI.

A GRI é uma organização internacional independente que iniciou suas atividades com relatórios de sustentabilidade em 1997, ano da sua fundação. A GRI auxilia empresas e governo, a nível mundial, a divulgarem suas informações socioambientais desenvolvendo os padrões propostos para os relatórios de sustentabilidade, de modo a permitir a identificação e gerenciamento de riscos e oportunidades pelas empresas, visando o aumento do desempenho organizacional, além de proporcionar uma melhoria na relação com *stakeholders*, ao indicar práticas organizacionais que afetam a sua reputação (GRI, 2020).

Para a GRI (2020), os relatórios de sustentabilidade demonstram os impactos gerados pela atividade das empresas nas dimensões social, econômica e ambiental, além de abordar questões sobre a governança corporativa da empresa. Outra informação que é fornecida através dos relatórios é a ligação da estratégia da empresa com as práticas sustentáveis adotadas por ela.

Há vinte anos a GRI vem desenvolvendo e aprimorando seus padrões para os relatórios de sustentabilidade. Em 2016, a GRI anunciou a “GRI Standards”, que está atualmente em vigor e pode ser utilizada por todas as empresas. Esse padrão contempla a versão G4 (versão anterior), mas possui um diferencial de apresentação, sendo disponibilizado em padrões divididos em



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



tópicos gerais e específicos, além de demonstrar maior clareza quanto a linguagem utilizada e as diretrizes. Um dos diferenciais do GRI *Standards* é a apresentação dessas diretrizes, agora elas estão divididas entre os Padrões Universais e os Padrões de Tópicos Específicos.

Os Padrões Universais, também chamados de Série 100, compreendem o GRI 101: Fundação; GRI 102: Divulgações Gerais; e, GRI 103: Abordagem Gerencial. Essas três normas trazem todas as informações necessárias para a construção do relatório de sustentabilidade, demonstrando as orientações e requisitos obrigatórios. Já os Tópicos Específicos compreendem as Séries 200, 300 e 400. A Série 200 traz os padrões relativos às informações da dimensão econômica, a Série 300, as informações de cunho ambiental, e por fim a Série 400 trata da informação social, presente nos relatórios. Cada série possui seus padrões divididos por tópicos materiais, e cada tópico material contém os indicadores pertinentes a ele.

A construção dos relatórios de sustentabilidade, de acordo com as diretrizes GRI, está atrelada a identificação dos tópicos materiais por parte da empresa, que se associa de forma resumida aos tópicos que a atividade da empresa impacta de forma representativa. No GRI *Standards* são apresentados requisitos, recomendações e diretrizes. Os requisitos são obrigatórios para os relatórios que declararem estar de acordo com a GRI. Já as recomendações e as diretrizes são orientações fornecidas para melhor entendimento e melhor divulgação dos indicadores.

A Série 200 que será objeto deste estudo, é composta pelos seguintes tópicos materiais: GRI 201: Desempenho econômico, GRI 202: Presença no mercado, GRI 203: Impactos econômicos indiretos, GRI 204: Práticas de compras, GRI 205: Anticorrupção, GRI 206: Concorrência desleal e GRI 207: Imposto.

A divulgação do GRI *Standards* ocorreu em 2016, mas só tornou-se obrigatória para os relatórios divulgados a partir de 01 de julho de 2018. Algumas atualizações desde então ocorreram, como por exemplo, a inclusão do GRI: 207 em 2019, entretanto esse tópico só estará em vigor a partir de 2021.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa é classificada metodologicamente como quali-quantitativa, descritiva e documental. Para Michel (2015) a pesquisa quali-quantitativa expressa os resultados de forma numérica ou através de estatísticas, entretanto no processo de análise dos dados são feitas interpretações, medições e avaliações sobre amostra estudada. Há uma colaboração da pesquisa quantitativa com a qualitativa. Já a pesquisa descritiva, segundo Michel (2015), procura descrever as características do problema, fornecendo uma melhoria ao processo, e evidenciando comportamentos do grupo estudado.

A pesquisa documental, por sua vez, utiliza-se de documentos previamente publicados, como relatórios de empresas e regulamentos, possibilitando uma análise mais específica e profunda, de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2002). Na presente pesquisa utilizaram-se dados secundários obtidos dos relatórios de sustentabilidade, das empresas participantes da carteira do ISE e a Série 200 do GRI *Standards*.

Como forma de delimitação da pesquisa foram analisados os relatórios de sustentabilidade das empresas que compuseram a carteira do ISE no ano de 2020 e publicaram seus relatórios de acordo com as diretrizes GRI, referentes ao ano de 2019. Essas organizações foram determinadas para a pesquisa por estarem alinhadas ao tripé da sustentabilidade, sendo seus relatórios coletados nos *sites* das empresas. As diretrizes também foram obtidas no *site* da GRI.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Durante a localização dos relatórios de sustentabilidade, verificou-se que as empresas Duratex, Ecorodovias, Eletrobras, Itaú Unibanco, e MRV, até o fechamento do primeiro semestre de 2020, período de análise dos dados, não haviam divulgado seus relatórios, sendo excluídas da amostra. A empresa WEG divulgou seu relatório de sustentabilidade de acordo com a versão GRI G4, tornando inviável a sua consideração no estudo, e por isso também foi excluída da amostra. Desta forma, das 30 empresas da carteira ISE, 24 apresentaram relatórios válidos, sendo consideradas para o estudo.

O tratamento dos dados foi realizado através da utilização do modelo de Dias (2006) e Carvalho (2007). Dias (2006) propôs o Grau de Aderência Plena (GAPIE) dos indicadores presentes nos relatórios de sustentabilidade, de acordo com as diretrizes GRI. Para sua determinação, faz-se necessário primeiramente a classificação dos indicadores, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. Classificação Indicadores de Desempenho GRI

Categoria	Sigla	Classificação	Definição
APRESENTADOS	APL	Aderência Plena	Quando todas as informações solicitadas pelo indicador correspondente do GRI foram fornecidas pela empresa.
	AP	Aderência Parcial	Quando apenas parte das informações solicitadas pelo indicador correspondente do GRI foram fornecidas pela empresa.
	D	Dúbio	Quando não são fornecidas informações suficientes ao usuário que permitam a este perceber se houve aderência plena ou parcial.
	I	Inconsistente	Quando as informações fornecidas pela empresa referentes a determinado indicador são diferentes do que é solicitado pelo GRI.
NÃO APRESENTADOS	ND	Não disponível	Quando a empresa reconhece que a informação referente a determinado indicador é pertinente às atividades dela, porém a mesma ainda não tem condições de fornecê-la.
	NA	Não aplicável	Quando a empresa não dispõe da informação de determinado indicador porque este não se relaciona com o setor ou às atividades da mesma.
	OJ	Omitidos com justificativa	Quando a empresa omite a informação referente a determinado indicador, porém emite alguma justificativa que embase tal decisão conforme declarado pelo GRI.
	O	Omitidos	Quando, nos sumários dos Relatórios Sociais das empresas ou na identificação dos indicadores do GRI nestes relatórios, nada é comentado sobre este indicador, como se o mesmo não existisse.

Fonte: Dias (2006)

Essa classificação foi realizada para os indicadores da Série 200 dos padrões GRI, relativos à dimensão econômica, com a identificação das informações que são determinadas para a evidenciação de cada indicador a ser divulgado. Em seguida verificou-se se o mesmo era encontrado nos relatórios divulgados pelas empresas. O Tópico Específico GRI 207: Imposto, por ser obrigatório a partir de 2021 não foi considerado nesta pesquisa. Ressalta-se que a tradução dos padrões em português pela GRI ainda não está disponível, desta forma utilizou-se da versão em inglês.

Após a classificação dos indicadores, foram calculados, conforme Equações 1 e 2, o Grau de Aderência Plena (GAPIE) e o Grau de Evidenciação Efetiva (GEE).

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena} + \text{total de indicadores omitidos com justificativa}}{\text{Total dos indicadores divulgados} - \text{total dos indicadores não aplicáveis}} \quad (1)$$



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Fonte: Adaptado de Dias (2006)

$$GEE = \frac{\text{Total dos indicadores com aderência plena}}{\text{Total dos indicadores divulgados} - \text{total dos indicadores não aplicáveis}} \quad (2)$$

Fonte: Adaptado de Carvalho (2007)

Salienta-se que neste estudo foram promovidas adaptações nas equações propostas inicialmente pelos autores, substituindo o *total dos indicadores essenciais*, por *total dos indicadores divulgados*. Essa substituição foi necessária devido a dificuldade de identificação dos indicadores relacionados aos temas materiais das empresas, visto que apenas uma empresa da amostra relacionou o tema material aos indicadores. Dessa forma, essa pesquisa analisou os indicadores divulgados nos relatórios, a qualidade destes, independentemente de serem materiais ou não. A localização dos indicadores nos relatórios deu-se através do sumário GRI. Os resultados encontrados, após esses processos são descritos na próxima seção.

4 Resultados e Discussão

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados encontrados pela pesquisa, perpassando pelo mapeamento dos indicadores divulgados, as classificações e principais pontos visualizados em cada indicador e por fim, a apresentação do GAPIE e GEE por empresa.

4.1 Indicadores Divulgados por Empresa

Primeiramente foram mapeados os indicadores econômicos divulgados por cada empresa. Na versão anterior da GRI, a G4, a esfera econômica era composta por quatro aspectos, já na atualização para a GRI *Standards* os tópicos Anticorrupção e Concorrência desleal passaram a integrar a dimensão econômica, que agora contempla seis tópicos específicos. Na Tabela 2, são demonstrados os indicadores divulgados pelas empresas.

Tabela 2. Indicadores divulgados por empresa

Empresas	Indicadores divulgados na categoria econômica													Total
	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	
Copel	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13
Light	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13
Petrobras Distr.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	13
Cemig	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	12
Klabin	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	12
BRF	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	11
Natura	x	x	x	x			x	x	x	x	x	x	x	11
Braskem	x	x		x	x	x	x		x		x	x	x	10
EDP	x	x		x	x		x	x	x	x	x	x		10
TIM	x	x		x			x	x	x	x	x	x	x	10
Cielo	x		x	x			x	x		x	x	x	x	9
Banco do Brasil	x	x			x			x		x	x	x		7
Bradesco	x	x						x	x	x		x	x	7
B2W	x	x								x	x	x	x	6
Fleury	x	x					x	x		x	x			6



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Santander	x	x					x	x		x	x			6
Telefonica	x						x	x	x	x	x			6
CCR	x						x			x	x	x		5
Engie	x	x		x						x		x		5
Lojas Renner	x				x				x		x	x		5
Movida	x	x								x	x	x		5
AES Tiete	x	x									x	x		4
Lojas Americanas										x	x	x	x	4
Itaúsa	x													1
Total	23	18	8	11	9	6	15	14	13	20	21	20	13	191

Fonte: Autoras.

Os dados da Tabela 2 mostram que existe maior predominância de divulgação do indicador 201-1: Valor econômico gerado e distribuído, seguido dos indicadores do Tópico 205 (Anticorrupção). Já os indicadores menos divulgados são os 202-2: Proporção de executivos seniores recrutados na comunidade local, 201-3: Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria e 202-1: Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário-mínimo local. Em relação à divulgação por empresa, observam-se diferentes níveis de evidenciação, variando de todos indicadores à um indicador, apenas, evidenciado.

4.2 Classificação dos Indicadores Econômicos

Após o mapeamento, fez-se a comparação entre o que é requerido pelas diretrizes GRI e o que foi divulgado pelas empresas, a fim de identificar a aderência da informação apresentada aos requerimentos da GRI. Logo, os indicadores foram classificados. Na versão *Standards*, um dos diferenciais é a formatação em negrito das informações que devem aparecer no indicador e que são obrigatórias a ele. Esse fato facilitou a análise, pois deixou mais precisa a classificação. Os resultados das classificações estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Classificação dos Indicadores Econômicos

Classificação	Indicadores Categoria Econômica													Total
	201-1	201-2	201-3	201-4	202-1	202-2	203-1	203-2	204-1	205-1	205-2	205-3	206-1	
APL	1		1				7	1	2	2		4	7	25
AP	19	14	3	8	9	3	1	13	8	9	19	12	5	123
D		3	2				2			1		3	1	12
I	1	1		1		1	3		2	7	2	1		19
ND							1			1				2
NA			1	1		1								3
O	2		1			1	1		1					6
OJ				1										1
Total	23	18	8	11	9	6	15	14	13	20	21	20	13	191

Fonte: Autoras.

Como apontado na Tabela 3, dos 191 indicadores, 123 foram classificados com AP (Aderência Parcial), 25 APL (Aderência Plena), 12 D (Dúbio) e 19 I (Inconsistente). Em relação



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



aos indicadores não apresentados, 2 são ND (Não disponível), 3 NA (Não aplicável), 6 O (Omitido) e 1 OJ (Omitido com justificativa). Diante dessa classificação percebe-se a tendência das empresas em não apresentarem as informações solicitadas pelo indicador de forma completa, visto que 64% dos indicadores foram evidenciados parcialmente, enquanto 13% atenderam a todas solicitações.

O indicador que obteve maior APL foi o 206-1: Ações legais para práticas de concorrência desleal, antitruste e monopólio, em que 54% das empresas o relataram de forma completa. Este indicador questionava se haviam ações pendentes ou concluídas sobre os temas, e os eventuais resultados das ações concluídas, considerado de fácil divulgação em função das informações determinadas para evidenciação. Tal resultado vai ao encontro do que Chen, et al. (2015) encontraram quanto aos indicadores sociais, os mais fáceis são os melhores relatados. Após o indicador 206-1, ficaram o 203-1 (47%) e 205-3: Casos de corrupção confirmados e medidas tomadas (20%), também considerados de fácil divulgação.

Apesar do indicador 201-1 ser o mais apresentado pelas empresas, foi identificada somente uma APL. Um dos requerimentos do indicador é a apresentação do valor de investimentos na comunidade e custos operacionais, entretanto não se observou o relato desses valores junto ao indicador. Outra dificuldade foi a discriminação do valor retido (valor gerado – valor distribuído), presente também em poucos relatórios. Foi muito observada como resposta a esse indicador a Demonstração do Valor Adicionado, porém sem apresentar adaptações para atender as informações requeridas pela GRI, concordando com os resultados de Garcia et. al (2015), que também identificaram esse comportamento.

No indicador 201-2, a respeito de implicações financeiras e outros riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas, as empresas não relataram o custo das ações tomadas para gerenciar os riscos ou oportunidades. A falta dessa informação fez com que nenhuma empresa atingisse APL. Também verificou-se que as empresas, por algumas vezes, explicitam que possuem processos para identificar os riscos e oportunidades, mas não apresentam tais riscos no relatório, como é solicitado pela GRI. Uma das dimensões que compõem o questionário para eleição de empresas do ISE trata sobre mudanças climáticas, entretanto ao que parece, as empresas não transmitem essas informações por completo aos relatórios para seu público.

Em relação ao indicador 201-3, que trata das obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de aposentadoria, um indicador apenas atingiu APL. Os indicadores classificados como dúbios consideraram a falta de clareza quanto ao fato das obrigações desse benefício serem cobertas pela empresa. Já no indicador 201-4, que trata de assistência financeira recebida do governo, nenhuma empresa informou se o governo está presente na sua estrutura acionária, assim como a separação por país das informações apresentadas.

Os indicadores referentes à presença no mercado (202-1, 202-2), requerem que as informações sejam apresentadas conforme as unidades operacionais importantes das empresas, acompanhada da definição usada para esse termo. No entanto essas duas informações não estavam presentes nos indicadores, contribuindo para que nenhum atingisse APL. Essa dificuldade também foi percebida no indicador 204-1, que trata da proporção de gastos com fornecedores locais, além do fato da não definição do termo “local” pelas empresas, como é solicitado pelo indicador.

Agora, em relação ao tópico 203, no indicador 203-1 que trata de investimentos em infraestruturas e serviços apoiados, a GRI estabelece que o termo infraestruturas não se refere a



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



objetivos comerciais que tragam um benefício econômico direto para a empresa. Por vezes, percebeu-se que as empresas divulgaram investimentos na sua infraestrutura para prestação do serviço, divergindo do solicitado. No indicador 203-2, são solicitados exemplos de impactos econômicos indiretos significativos, tanto positivos quanto negativos. Esse fato fez com que apenas uma empresa atingisse APL, a qual foi a única a divulgar os impactos negativos.

No indicador 205-1 observou-se a resistência das empresas em expor os riscos avaliados em relação a corrupção, assim como de apresentar a porcentagem e o número das operações submetidas a avaliação de riscos. Já no 205-2 a não APL de nenhum indicador apresentado deve-se ao fato da não apresentação das informações quantitativas sobre a comunicação aos parceiros de negócios das políticas e procedimentos anticorrupção das empresas.

E quanto ao indicador 205-3, algumas empresas atrelaram este a denúncias de corrupção relatadas em seus canais de denúncias, entretanto o indicador refere-se a casos confirmados de corrupção na empresa, e não apenas ao que foi identificado por estes canais, como ficou demonstrado. Outro fator identificado foi que nem todas as empresas fazem referência a ter ou não casos de processos legais relacionados a corrupção movidos no exercício. As empresas que atingiram APL informaram claramente as informações solicitadas.

E por fim no indicador 206-1, observou-se que algumas empresas não mencionaram se havia ações pendentes em relação a práticas de truste e monopólio como é solicitado pela GRI, citaram apenas os resultados relativos às ações de concorrência desleal.

Os indicadores classificados como omitidos levou em consideração o fato das empresas informarem *links* ou outros documentos que conteriam essas informações. Como o escopo da pesquisa são os relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE, não foram considerados como apresentados esses indicadores.

Ressalta-se a baixa divulgação de informações quantitativas, como porcentagens, valores monetários e números totais. Em frequentes divulgações as empresas apresentavam ou um ou o outro, enquanto a GRI solicita os dois juntos. O mesmo foi relatado por Bazani e Leal (2014) com os indicadores ambientais, ou seja, mesmo na esfera econômica onde seria mais fácil a divulgação de dados monetários e quantitativos (Carvalho, 2007), isso não é percebido com notoriedade. Fatos como esses diminuem a utilidade da informação do indicador, visto que o valor ou porcentagem ficam sem referência sobre se a abrangência é significativa ou não. Esse resultado também foi identificado por Tannuri e Van Bellen (2014) e Tsalis et al., (2018) que evidenciaram a dificuldade de informações com pontos de referência e que contivessem identificação da relevância do que é exposto.

A falta de utilização dos termos usados pela GRI para divulgação das informações também foi observada como uma fraqueza dos indicadores relatados, fato que contribui para a falta de clareza sobre o que se está se relatando.

A seguir são apresentados os resultados de GAPIE e GEE por empresa.

4.3 Resultado Grau de Aderência Plena (GAPIE) e Grau de Evidenciação Efetiva (GEE)

Após a classificação dos indicadores foram calculados o GAPIE e o GEE, por empresa. Os resultados estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Resultados - GAPIE e GEE

Empresa	APL	AP	D	I	ND	NA	O	OJ	Total	GAPIE	GEE
Klabin	5	7							12	42%	42%



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

7 a 9 de setembro



Cielo	3	5	1					9	33%	33%
Natura	3	5	1			2		11	33%	33%
Braskem	2	8						10	20%	20%
Movida	1	4						5	20%	20%
Cemig	3	6		3				12	25%	25%
Light	2	7		2			2	13	15%	15%
Petrobras Distr.	2	6	3	1			1	13	15%	15%
Banco do Brasil	1	5	1					7	14%	14%
EDP	1	9						10	10%	10%
BRF	1	6	1	1			1	11	18%	9%
Copel	1	8	1	1		1	1	13	8%	8%
AES Tiete		4						4	0%	0%
B2W		4	1	1				6	0%	0%
Bradesco		5	1	1				7	0%	0%
CCR		3		2				5	0%	0%
Engie		4		1				5	0%	0%
Fleury		3		2	1			6	0%	0%
Itaúsa		1						1	0%	0%
Lojas Americanas		2	1	1				4	0%	0%
Lojas Renner		5						5	0%	0%
Santander		3		2			1	6	0%	0%
Telefonica		4	1		1			6	0%	0%
TIM		9		1				10	0%	0%
Total	25	123	12	19	2	3	6	1	191	

Fonte: Autoras.

Os resultados da Tabela 4 apontaram que metade das empresas da amostra apresentaram GAPIE e GEE de 0%, ou seja, dos indicadores divulgados por essas empresas, nenhum atendeu a todos requisitos de informações solicitados pela GRI. Na outra metade das empresas, pelo menos um indicador evidenciado apresentou total completude das informações às diretrizes GRI. O GAPIE e o GEE dessas empresas variaram entre 8% e 42%. Observou-se somente na empresa BRF uma diferença de porcentagens entre o GAPIE e o GEE, ocorrida porque a empresa omitiu com justificativa um indicador. Conforme Carvalho (2007) a soma dos indicadores OJ ao cálculo pode retratar uma aderência plena maior à realidade. A redução de 18% a 9% com o GEE demonstra a importância em realizar esse cálculo.

Os resultados desfavoráveis de GAPIE encontrados estão de acordo aos evidenciados em estudos que analisaram especificamente as dimensões social e ambiental (Bazani & Leal, 2014; Araújo & Almeida, 2013; Sucena & Marinho, 2019; Silva et al. 2017; Tsalis et. al 2018), sendo que em alguns, o GAPIE também atingiu 0%, revelando que a baixa APL refere-se aos relatórios de sustentabilidade no geral, independentemente de qual dimensão está se analisando.

Nos estudos que divulgaram os resultados dos indicadores econômicos de forma isolada, observou-se um GAPIE igual a 0% (Castro et al., 2010; Mazzoco et al., 2019). Já nos estudos de Carvalho (2007), Travassos et. al. (2014) e Nogueira e Faria (2012), todas as empresas apresentaram algum grau de aderência plena, variando entre 100% no estudo de Travassos et al. (2014) e 11% no estudo de Carvalho (2007). Assim como nesta pesquisa, isso demonstra a discrepância da qualidade dos relatórios divulgados entre as empresas.

Conforme Schadewitz e Niskala, (2010) um dos fatores explicativos do valor de mercado das empresas é a comunicação via relatórios de sustentabilidade GRI, assim como a divulgação



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



de informações sustentáveis tem a capacidade de atrair mais investidores (Nobanee e Ellili, 2016). Dessa forma, a informação presente nesses relatórios é utilizada por usuários externos, e a partir do momento em que há incompletude ou até mesmo rasas informações nos relatórios, essa fragilidade passa a prejudicar a compreensão e decisão dos investidores, tomada com base nos relatórios de sustentabilidade.

Junto aos demais resultados, essa pesquisa evidencia que apesar do esforço da GRI em tornar as diretrizes mais claras e com uma linguagem de mais fácil entendimento na versão *Standards*, isso não foi refletido nos relatórios das empresas, enquanto dimensão econômica.

Outro ponto interessante evidenciado a partir dos resultados é a qualidade dos relatórios não estar atrelada a um mesmo setor, assim como nos resultados de Carvalho, (2007); Castro et al., (2010); Nogueira & Faria (2012); Travassos et al., (2014); Morisue, et al. (2012); Chen et al., (2015) que analisaram um setor específico e evidenciaram que as empresas apesar de estarem no mesmo setor, não compartilham da mesma qualidade. Das empresas do segmento de energia elétrica da amostra, 4 apresentaram GAPIE entre 25% e 8%, enquanto 2 apresentaram GAPIE igual a 0%. O setor financeiro também presente na amostra com 5 empresas, demonstrou GAPIE entre 33% e 14% por 2 empresas, e as outras 3, apresentaram GAPIE 0%.

Na próxima seção são apresentadas as considerações finais do estudo.

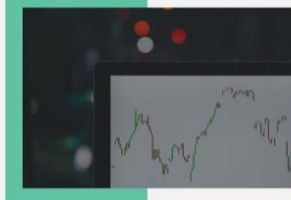
5 Considerações Finais

Diante da atualização para a GRI *Standards* e poucos estudos específicos sobre a esfera econômica da sustentabilidade, essa pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade dos indicadores econômicos evidenciados nos relatórios de sustentabilidade, de acordo com as diretrizes GRI das empresas que compuseram a carteira do ISE em 2020.

Os principais resultados demonstraram que 12 empresas que compõem a carteira do ISE em 2020 apresentaram GAPIE de 0% aos indicadores econômicos, enquanto outras 12 apresentaram qualidade em relação aos requisitos GRI de no máximo 42%, demonstrando que metade da amostra não apresentou nenhum indicador com total qualidade de aderência. Com isso observa-se a predominância das empresas pela prática do relato não completo dos indicadores em relação ao que é requerido pela GRI.

Desta forma, analisa-se que uma minoria dos indicadores econômicos divulgados nos relatórios apresentaram todos os requisitos pertinentes a eles, discordando da informação da GRI (2020) de que a partir do momento que os relatórios declaram estar de acordo com o padrão, devem cumprir com os requisitos obrigatórios de divulgação dos indicadores. Tais parcialidades constatadas, impactam também os usuários das informações que se utilizam do relatório para a tomada de decisão (Schadewitz e Niskala, 2010; Nobanee e Ellili, 2016), uma vez que as empresas da amostra estão listadas na B3.

Outro resultado obtido foi referente a dificuldade das empresas em relatar informações quantitativas como custos, valores monetários, número e porcentagens juntos, e classificar as informações em unidades operacionais importantes. Essas informações são necessárias para que os usuários dos relatórios identifiquem a representatividade do dado informado. Os resultados deste estudo trazem evidências de que, em relação aos relatórios das versões G3 e G4 publicados por empresas brasileiras, não existem diferenças significativas quanto ao que concerne ao nível de qualidade do GAPIE. Apesar da atualização da versão GRI para a *Standards*, que trouxe maior entendimento às empresas sobre o que é solicitado, na categoria econômica não foi observada



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



essa eficácia.

Considera-se que os resultados desta pesquisa possuem relevâncias, para os meios acadêmico e empresarial, pois ao analisar a qualidade informativa de um conjunto de indicadores, de caráter econômico, possibilita a sua utilização para a tomada de decisão de usuários externos, especialmente. Assim como, possibilita às organizações aperfeiçoar os processos relacionados a estas questões para garantir clareza, equilíbrio e relevância das informações divulgadas, permitindo aos leitores compreender e acreditar no compromisso econômico que elas tentam transmitir. Academicamente, tem-se a possibilidade da ampliação da discussão em torno do estabelecimento de padrões que primem pela qualidade das informações evidenciadas em relatórios sociais, como é o caso do modelo GRI.

Esse artigo também contribui para informações a respeito da esfera econômica da sustentabilidade, pois se propôs a fazer uma abordagem mais prática dos indicadores econômicos, demonstrando quais informações são atreladas a eles no âmbito do relatório de sustentabilidade GRI. Sugere-se que novas pesquisas possam intensificar as evidências a respeito dessa esfera.

A pesquisa limitou-se à amostra das empresas da carteira do ISE, no ano de 2020, e aos indicadores da dimensão econômica dos relatórios modelo GRI. Esse fato possibilita que pesquisas futuras ampliem a amostra pesquisada, assim como investiguem os indicadores ambientais e sociais diante da atualização das diretrizes para a GRI *Standards*.

Diante do demonstrado, as empresas devem atentar-se mais ao relato dos indicadores de forma integral, para assim fornecer relatórios de melhor qualidade e que possibilitem aos usuários informações mais relevantes e completas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, G. P., Almeida J. R. (2013). SUSTAINABILITY REPORTS OF ELECTRICITY SECTOR . *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 4, 46–67. <http://dx.doi.org/10.6008/ESS2179-6858.2013.002.0003>
- Bazani, C. L., & Leal, E. A. (2014). Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Ambientais e o Grau de Aderência aos Indicadores GRI: Um Estudo Comparativo com Empresas de Três Segmentos. *Revista de Administração e Negócios Da Amazônia*, 6(2), 89–108. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v6n2p89-108>
- B3. (2020). Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/carteira-do-ise.htm
- Carvalho, F. M. (2007). Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas latino-americanas. Dissertação (Mestrado) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Castro, F. A. R., Siqueira, J. R. M., Macedo, M. A. S. (2010). Análise Da Utilização Dos Indicadores Essenciais Da Versão “ G3 ”, Da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas do Setor de Energia Elétrico Sul Americano. *RIC - Revista de Informação Contábil*, 4, 83–102.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



- Chen, L., Feldmann, A., & Tang, O. (2015). The relationship between disclosures of corporate social performance and financial performance: Evidences from GRI reports in manufacturing industry. *International Journal of Production Economics*, 170, 445–456. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2015.04.004>
- Daub, C.-H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75–85. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>
- Dias, L. N. S. (2006) Análise da utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras. Dissertação (Mestrado) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Domenico, D. D., Tormem, L., & Mazzioni, S. (2017). Nível de Disclosure nos Relatórios de Sustentabilidade em Conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 84–100. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v16n49.2401>
- Garcia S., Cintra, Y. C., Ribeiro, M. S., & Dibbern, B. R. S. (2015). Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 67. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p67>
- Gil, A. C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- GRI. (2020). *Global Reporting Initiative*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>
- Mazocco, K; Santini, T. S; Rossato, M. V. Alves, J. K. (2019) Grau De Aderência Às Diretrizes Dos Relatórios De Sustentabilidade Modelo Gri G4: O Caso Das Lojas Renner S.A. VI Conferencia Sulamericana de Contabilidade Ambiental. <http://cscasouthamerica.net/events/index.php/cscs/cscs2019/paper/view/304>
- Michel, M. H. (2015). Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>
- Morisue H. M. M., Ribeiro, M. S., Penteado, I., A., M. (2012). A Evolução dos Relatórios de Sustentabilidade de Empresas Brasileiras do Setor de Energia Elétrica. *Contabilidade Vista*

& Revista, 23(1), 165–196.

- Nobanee, H., & Ellili, N. (2016). Corporate sustainability disclosure in annual reports: Evidence from UAE banks: Islamic versus conventional. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 55, 1336–1341. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.07.084>
- Nogueira, E. P., & Faria, A. C. de. (2012). Sustainability in Main Brazilian Banks: an Analysis From the Perspective of Global Reporting Initiative. *Revista Universo Contábil*, 119–139. <https://doi.org/10.4270/ruc.2012434>
- Nossa, V.; Rodrigues, V. R. S.; Nossa, S. N. (2017). O que se tem pesquisado sobre Sustentabilidade Empresarial e sua Evidenciação? REPeC, Brasília, v. 11, Edição Especial, p. 87-105.
- Rahdari, A. H.; Rostamy, A. A. A. (2015) Designing a general set of sustainability indicators at the corporate level. *Journal of Cleaner Production*, v. 108, p. 757-771.
- Schadewitz, H. & Niskala, M. (2010). Communication via responsibility reporting and its effect on firm value in Finland., 17, 96-106.
- Siew, R. Y. J. (2015). A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of Environmental Management*, 164, 180–195. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.09.010>
- Silva, T. L. G. B., Maia, L. C. C., Leal, E. A. (2017). Grau De Aderência aos Indicadores de Desempenho Ambiental do GRI em um Mercado Emergente: uma Análise em Empresas com Potencial Poluidor Em dois Segmentos. *Revista Ambiente Contábil*, 9.
- Sucena, E., & Marinho, M. M. O. (2019). Environmental disclosure analysis of sustainability reports the Brazilian and international brewing industry based on global reporting initiative - GRI. *Gestao e Producao*, 26(3), 1–10. <https://doi.org/10.1590/0104-530X3120>
- Tannuri G. & Van Bellen H. M. (2014). Indicadores de Desempenho Ambiental Evidenciados nos Relatórios de Sustentabilidade: Uma Análise à Luz de Atributos de Qualidade. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(1), 2-19. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v8i1.790>
- Travassos, S., Costa, J., Silva, W., & Araújo, M. (2014). Uso dos Indicadores Essenciais da Gri nos Relatórios das Empresas dos Setores de Petróleo, Gás e Biocombustível e de Utilidade Pública no Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 3(2), 113–129. <https://doi.org/10.5585/geas.v3i2.85>
- Tsalis, T. A., Stylianou, M. S., & Nikolaou, I. E. (2018). Evaluating the quality of corporate social responsibility reports: The case of occupational health and safety disclosures. *Safety Science*, 109(November 2017), 313–323. <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2018.06.015>